

SES lança curso para a qualificação do cuidado em Saúde para pessoas autistas e o fortalecimento de políticas públicas inclusivas



Iranice do Nascimento Pinto, de 55 anos, e seu filho Paulo Igor, de 28 anos.

A Superintendência de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade (SAPV), da Secretaria de Estado de Saúde (SES), lançou esta semana o Curso de Fortalecimento da Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (F.A.I.S.C.A). O projeto busca trazer um olhar mais inclusivo para a pessoa autista, evitando o capacitismo e abordando, através da construção do SUS, questões como saúde mental, sociabilidade, empregabilidade, ativismo social e educação entre pares.

Karen Athié, superintendente da SAPV, enfatiza a importância do curso, que está na Plataforma do Telessaúde/UERJ, para a comunidade como um todo. “Montamos este projeto considerando as questões que atravessam o senso comum a respeito das necessidades sobre pessoas com autismo e seus familiares, mas também a construção de uma comunicação em saúde por profissionais da área que favoreçam o acolhimento de pessoas autistas nos serviços de saúde do SUS. Trata-se de um trabalho piloto e contínuo que se desdobrará em rodas de conversa para o avanço das ações inclusivas voltadas para essa população.

Para o lugar de fala, a SAPV convidou dois nomes de peso. Um deles é Alexandre Mapurunga. Aos 44 anos, ele é analista de sistemas e membro da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do estado do Ceará. Para o projeto, Mapurunga criou em parceria com Fernanda Santana, que assim como ele, também já foi presidente da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (ABRAÇA), um espaço para falar da importância dos movimentos sociais nesta luta. “Abordamos questões como convenção da pessoa com deficiência, diversidade, a importância do protagonismo autista, da pessoa ser protagonista da própria história, entre outros”, explica.

Para o analista de sistemas, alguns hábitos da sociedade com a pessoa autista precisam mudar. Um deles é a infantilização com que o autista é tratado. “Desde que eu revelei que sou autista, eu passei a ser abordado de uma maneira bastante

Proporcionar a qualificação da comunicação em saúde para o fortalecimento de modelos de cuidado em saúde mental integral voltada para a infância e adolescência é um dos objetivos do curso de Fortalecimento da Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista. O curso apelidado de F.A.I.S.C.A foi lançado esta semana pela Superintendência de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade (SAPV), da Secretaria de Estado de Saúde (SES), em parceria com o Telessaúde-UERJ e o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência da Defensoria Pública do RJ. Este trabalho é um importante passo no Projeto de Qualificação da RAPS. Ele pode ser feito por qualquer pessoa que conviva com pessoas autistas, incluindo familiares, cuidadores e profissionais de saúde.

Além disso, outro tema abordado será a nota instrutiva aos 92 Municípios sobre Políticas Públicas de Equidade e Atenção Psicossocial no estado do Rio de Janeiro. A nota surge para ressaltar a relevância da inclusão no planejamento dos 92 municípios do RJ em ações voltadas para a promoção da equidade e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com base nas demandas e necessidades específicas de populações em situação de vulnerabilidade.

Por fim, mostramos o avanço na vacinação contra a Covid-19 dos privados de liberdade no estado do Rio de Janeiro. Um trabalho que conta com o apoio da SES no processo operacional junto à SEAP e aos municípios.

Boa leitura!

KAREN ATHIÉ

Superintendente de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade (SAPV/SES-RJ)



infantilizada. A curiosidade é sobre a minha vida, é uma visão capacitista e estereotipada do autista. Como se nós não tivéssemos condição de ter um olhar sobre nós mesmos, sobre o mundo e não pudéssemos conduzir o nosso destino. Este tipo de visão muitas vezes tem um forte impacto negativo na vida da pessoa que tem autismo”, alerta Mapurunga.

Com muitos familiares autistas – irmão, filho, neto e tios – Alexandre ressaltava quais são as maiores dificuldades dos autistas no dia a dia. “As dificuldades das pessoas autistas têm relação com as questões sensoriais, e compreender os contextos sociais. Eu passei por muitas dificuldades neste sentido. Fazia de conta que estava entendendo as coisas. Estar no lugar e tentar me misturar. Tenho uma dificuldade imensa de olhar nos olhos. Já aconteceu de eu participar de reuniões e não conseguir olhar nos olhos. Isso me prejudicou muito”.

“As dificuldades das pessoas autistas têm relação com as questões sensoriais, e compreender os contextos sociais. Eu passei por muitas dificuldades neste sentido. Fazia de conta que estava entendendo as coisas. Estar no lugar e tentar me misturar. Tenho uma dificuldade imensa de olhar nos olhos. Já aconteceu de eu participar de reuniões e não conseguir olhar nos olhos. Isso me prejudicou muito”.

A outra convidada é Iranice do Nascimento Pinto, de 55 anos, mãe do autista Paulo Igor, de 28 anos. A assistente social e uma das fundadoras da Associação Pais e Amigos de Pessoas Autistas discutirá as barreiras de acesso à saúde e inclusão social sob o olhar de uma mãe de pessoa autista. “Vou contar um pouco da minha história, como foi a minha caminhada e quais dificuldades foram encontradas. Foi muito especial compartilhar a minha história de vida, porque é sempre bom retornar as memórias, principalmente sabendo que posso ajudar alguém”.

A história de luta de Iranice, que sempre batalhou pela diversidade e um olhar respeitoso para a pessoa autista, é uma das principais inspirações motivadoras do (F.A.I.S.C.A.). “Eu gosto sempre de falar de um texto que se chama ‘Bem-vindo à Holanda’, que resumindo, é como se a gente se preparasse para viajar pela Itália, aprendendo tudo sobre a cultura, culinária, idioma e etc. Mas, de repente, o avião pousa na Holanda, não na Itália, e por lá, vamos precisar aprender esse novo idioma, culinária e cultura. E a Holanda não deixa de ser bela, mas é necessário se reorganizar dentro dessa nova realidade. O Autismo, para mim e para a minha família, foi a melhor coisa que aconteceu. Me trouxe pessoas muito especiais, me apresentou uma profissão, formou minha filha, trouxe união e histórias. Tudo chega ao seu lugar. Não se desesperem, não se martirizem. Eles vão crescer, vão ter autonomia, mas precisam do seu apoio para alcançar tudo que podem”, avalia Iranice.

Para a psicóloga Kátia Santos, apoiadora institucional do eixo de infância e adolescência da Coordenação de Atenção Psicossocial/SAPV/ SES e supervisora clínico-institucional da RAPS no município do Rio de Janeiro, o curso marca um diálogo entre a SAPV, através da Coordenação de Atenção Psicossocial, a Associação de Pais e Familiares de Pessoas com Autismo Mão Amiga e a Defensoria Pública.

“Através desse diálogo com a sociedade civil foi possível pensar uma ação de qualificação a ser executada pela gestão estadual de saúde, na forma de um curso voltado para os profissionais das redes que envolvem a Atenção Primária, a Atenção Psicossocial e a rede intersetorial. Isto é, o curso é uma oferta de qualificação também para profissionais da educação, da assistência social que lidam com crianças e adolescentes com autismo e também, é claro, para os usuários e familiares.”

Os professores do módulo 1 do Curso de Fortalecimento da Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista são: Rossano Lima, que falará sobre A classificação

diagnóstica, comorbidade e diagnósticos; Kátia Santos, que abordará o cuidado e acompanhamento na RAPS e Redes Intersetoriais; Anamaria Lambert, que trará noções sobre compreensão a Atenção à Crise de Pessoas com TEA; Alice Peçanha, Cátia Mello e Kátia Santos, que mostrarão a importância da construção de redes de saúde e intersetoriais para o desenvolvimento de pessoas com TEA.

Ainda no primeiro módulo, teremos Eduardo Mourão e Berlene Andrade de Lima discutem a busca pela inclusão social das pessoas com TEA através do cuidado entre pares com fortalecedor dos processos; Catarina Dahl, que apresentará experiências e práticas destacadas no Brasil e no mundo; Pedro Gonzalez, que falará sobre os direitos das pessoas com TEA e familiares; Alexandre Mapurunga e Fernanda Santana com a aula sobre as barreiras e questões do processo de inclusão social e do cuidado em saúde através do olhar de pessoas autistas e Iranice Nascimento, com um olhar sobre o acesso à saúde e inclusão social sob o olhar de uma mãe de pessoa com espectro autista.

Já no módulo 2, serão oferecidas aula de Atenção integral à saúde mental da criança e do adolescente: pensando os processos do TEA no contexto atual, com Ricardo Lugon; Autismo: heterogeneidade e complexidade do olhar, apresentado por Marcos Jordão; diretrizes e Tecnologias do Cuidado para Pessoa Autista, com Luciano Elia, Como Organizar a Rede de Atenção Psicossocial: a importância da APS para o fortalecimento de ações inclusivas e sustentáveis, ministrado por Euclides Colaço; a relevância das articulações Intersetoriais para o cuidado integral, apresentado por Sheyla Werner e, por fim, A importância da supervisão clínico-institucional para o acompanhamento dos casos de saúde mental da infância e adolescência no ERJ, pelo olhar de Laura Sarmento.

Os interessados em participar podem fazer sua inscrição na plataforma do Telessaúde/UERJ, veja as instruções no link: <https://www.saude.rj.gov.br/atencao-psicossocial/novidades/2021/07/acesse-o-curso-de-fortalecimento-da-atencao-integral-a-saude-de-criancas-e-adolescentes-com-transtorno-do-espectro-autista-f-a-i-s-c-a>

Nota instrutiva aos 92 Municípios sobre Políticas Públicas de Equidade e Atenção Psicossocial no ERJ

A Superintendência de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade (SAPV) publicou esta semana uma nota instrutiva aos 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) com o objetivo de estimular a discussão sobre as políticas públicas voltadas para a promoção da equidade e o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). A nota tem por finalidade contribuir com a construção de Planos Municipais de Saúde que incluam ações que atendam as necessidades de tais políticas e, com isso, as necessidades específicas de populações em situação de vulnerabilidade.

Assim, entende-se que será possível ampliar a visibilidade às Políticas Públicas para promoção da Equidade em saúde junto a populações vulneráveis e sensibilizar os gestores municipais de saúde na construção de estratégias de cuidado com foco na Atenção Psicossocial e determinantes sociais da saúde.

A inclusão de políticas públicas nos planos municipais de saúde dos 92 municípios do ERJ é uma oportunidade para avançarmos no reconhecimento institucional das condições de saúde de quem mais precisa. Neste sentido é importante observar as diferenças entre os diversos grupos sociais, os aspectos éticos e que se fundamentem em preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS), que sejam de base comunitária e territorial.

“Por isso, recomendamos que os gestores municipais responsáveis pelas políticas de saúde que atinjam os grupos mais vulneráveis, como a atenção psicossocial, a saúde dos privados de liberdade e de outros grupos e populações específicas, acompanhem e incluam metas nos Planos Municipais de Saúde”, avalia Daniel Elia.

“E não apenas os Planos Municipais de Saúde, mas também os demais instrumentos de planejamento e gestão devem contemplar tais políticas, como as Programações Anuais de Saúde (PAS), os Relatórios Anuais de Gestão (RAG), entre outros.” Complementa Maria de Lourdes Fernandes.

A Nota Informativa indica ainda que as metas quadrienais constantes nos planos devem: garantir

o acesso ao cuidado em saúde integral; promover a articulação entre os diferentes níveis de cuidado; ser de base territorial e comunitária; garantir o acesso à saúde atrelado à garantia de direitos e à proteção social; promover a equidade e a dignidade; promover o registro e a construção de informações que subsidiem o planejamento e construção de políticas públicas; promover a participação e o protagonismo do usuário na construção das políticas de saúde; qualificar os fluxos de cuidado e as estruturas dos equipamentos das redes de saúde; ampliar ações de formação em saúde, promovendo a qualificação profissional articulada às necessidades da população.

O planejamento dessas ações deve estar em consonância com os princípios e orientações das políticas listadas abaixo:

1. Política Nacional de Saúde Mental/RAPS
2. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP)
3. Política de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI)
4. Política Nacional da Saúde Integral da População Negra
5. Política Nacional da Saúde Integral da População do Campo, Floresta e Águas
6. Política Nacional da Saúde Integral da População LGBT
7. Política Nacional de Educação Popular em Saúde
8. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas
9. Deliberação CIB-RJ nº 6.114, que formaliza o Comitê Técnico Estadual de Saúde da População Imigrante e Refugiada

Graciela Pagliaro, que coordena agendas relacionadas à saúde e cultura, lembra que “A Portaria 14 GM/MS Nº 894, de 11 de maio de 2021, induz ao financiamento de políticas de saúde para povos e comunidades tradicionais, no contexto do COVID-19”. Ela enfatiza que um dos grandes desafios do SUS e dos gestores municipais do ERJ é avançar em políticas de saúde para garantir ações de cuidado de caráter inclusivo, sustentável e equitativo.

A vacinação das populações privadas de liberdade no ERJ avança

O estado do Rio de Janeiro possui em torno de 47000 privados de liberdade (fonte: Geopresídios, maio, 2021). O sistema possui 3 Portas de Entradas localizadas nos municípios do Rio de Janeiro, Campos e Volta Redonda. Destas portas, os presos são distribuídos para 49 unidades prisionais situadas em 9 municípios do ERJ, de acordo com as facções criminosas presentes no estado e regras de segurança pública .

Atualmente, o ERJ possui uma cobertura parcial de Atenção Primária à Saúde/APS dentro do sistema. E, embora nos últimos 3 anos tenha crescido de uma para onze equipes de APS, são verificados importantes e desafiadores vazios sanitários, em especial na cidade do Rio de Janeiro, com 31 unidades prisionais, concentração de PPL em torno de 65% do total e com prisões superlotadas. Além disso, ressalta-se que no Complexo de Gericinó, estão os três presídios acompanhados pela Corte Internacional de Direitos Humanos: Plácido de Sá Carvalho, Evaristo de Moraes e Jonas Lopes, com foco em suas condições sanitárias e de saúde.

Considerando esse contexto da pandemia, a distribuição dos presos nos municípios, bem como os recursos que vêm sendo desenvolvidos para a redução do vazio sanitário, a SES vem apoiando este trabalho no seu processo operacional junto à SEAP e aos municípios, e de acordo com as suas diferenças locais através de:

1. Construção de planejamento da operacionalização das vacinas em sua articulação com a SEAP;
2. Rodas de conversa com os municípios para a identificação dos desafios locais;
3. Criação de Comissão Intersetorial de Acompanhamento da Vacinação dos Privados de Liberdade com entes representantes da SES, SEAP, municípios (em especial do RIO), Tribunal de Justiça, Conselho Nacional de justiça, Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate contra a Tortura, Defensoria Pública, Ministério Público e Secretaria de Direitos Humanos.

A coordenadora da agenda na Secretaria Estadual de Saúde, a enfermeira Maria de Lourdes

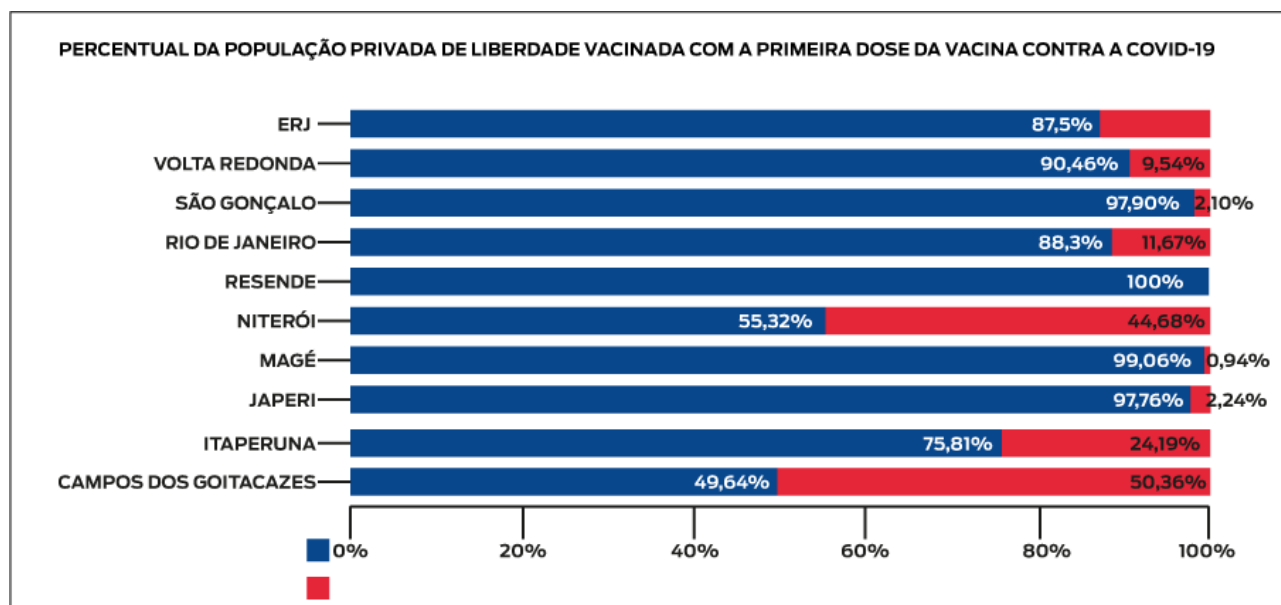
Fernandes aponta:

Os municípios informam que vacinaram 100% dos presos e em 100% das unidades. Todavia, quando o cálculo usa como referência a fonte do Geopresídios, o total de vacinados com a primeira dose é de 87,5%. A integração e qualificação dos sistemas de informação é um grande desafio para essa agenda.

Karen Athié, superintendente de Atenção Psicossocial e Populações em Situação de Vulnerabilidade, considera que o papel da comissão intersetorial criada para o acompanhamento da vacinação foi fundamental para os ajustes relacionados à intersectorialidade e na construção de informações dessa etapa.

Para os órgão de monitoramento, como o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate contra a Tortura é importante a transparência do processo dessas condições de saúde, alerta Alexandre Campbell.

Veja o percentual de vacinação por município no ERJ calculado a partir da população referida no Geopresídios:



Fonte de informação: Geopresídios, Mapa Diário de Vacinação produzido pelas equipes locais, equipes EAGESP / equipes PNAISP, SES/SEAP,SMS-RJ

Visite os links:

Lançamento do Curso de Fortalecimento da Atenção Integral à Saúde da Criança e Adolescente com Transtorno de Espectro Austista:

https://www.youtube.com/watch?v=OMeRPbE_JXk&ab_channel=SecretariadeEstadodeSa%C3%BAdeRJ

Associação Brasileira para a Ação por Direitos das pessoas Autistas:

<https://abraca.net.br/>

Mão Amiga - Associação de pais de autistas:

<https://www.maoamiga.org/>

SaudeGovRJ saudegovrj saudegovrj

Comitê Editorial: Karen Athié, Simone Intrator, Daniel Elia, Marden Marques, Barbara Salvaterra e Katia Santos.

Colaborou nesta edição: Carmen Lúcia (ASSCDE/SES-RJ). **Diagramação:** Miguel Gomes de Freitas (ASSCDE/SES-RJ).

Comentários, dúvidas e sugestões de pautas são bem-vindos pelo e-mail qualificarapsrj@gmail.com.